EFEITOS DA CRISE

Brasil atinge 12 milhões de desempregados

Total de pessoas trabalhando teve baixa de 2 milhões em um ano, para 90,1 milhões

O desemprego voltou a bater recorde no país. A taxa ficou em 11,8% no trimestre encerrado em agosto, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (Pnad), divulgados ontem pelo IBGE. O dado é o pior da série histórica iniciada em 2012, assim como o número de desempregados, que alcançou 12,024 milhões de pessoas em agosto.

Para Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, esses dois recordes negativos preocupam: "É um quadro difícil. Nós estamos divulgando os dados de junho, julho e agosto, quando a economia já devia estar apresentando sinais de melhora, com o escoamento da produção para o final do ano. Era esperado que a taxa começasse a ficar estável".

No trimestre encerrado no mês anterior, o desemprego atingiu 11,6% da força de trabalho. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2015, quando a taxa ficou em 8,7%, houve uma alta de três pontos percentuais.

Ao atingir 12 milhões, o grupo de desempregados cresceu 36,6% na comparação com igual trimestre do ano passado. Já a população ocupada foi estimada em 90,1 milhões. Caiu 0,8% frente ao trimestre de março a maio de 2016, um decréscimo de 712 mil pessoas.

A massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos, que representa o total de rendimentos dos empregados, foi estimada em R$ 177 bilhões. Em relação ao trimestre de março a maio de 2016, houve recuo de 3% frente ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os empregados no setor privado sem carteira assinada e os empregados no setor público apresentaram acréscimos em seus rendimentos (5% e 3,6%, respectivamente). As demais categorias apresentaram-se estáveis nos seus rendimentos médios.

Por grupamento de atividade, na comparação com o trimestre encerrado em maio, ficaram estáveis os grupos de empregados no setor privado, com e sem carteira de trabalho, e o trabalhador familiar auxiliar. Cresceram os grupos de trabalhadores no setor público (1,6%) e os empregadores (4,8%).

Os setores da agricultura, indústria geral e construção, somados, perderam 483 mil pessoas no trabalho conta própria na comparação trimestral.

FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

Carteira de trabalho: número de desocupados subiu

AGRAVAMENTO

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ontem que os números do IBGE indicam que ainda deverá haver algum agravamento no mercado de trabalho no Brasil. Isso, segundo ele, reforça a necessidade de avançar nas reformas propostas pelo governo, principalmente na área fiscal, o que criaria um ambiente propício para a retomada da economia e a geração de empregos.

Laudeir Frauches, economista e professor universitário, também acredita que vai demorar para os índices se recuperarem. "Antes de as empresas voltarem a contratar, elas precisam ter confiança. Para isso, é importante que o Estado crie um ambiente de negócios favorável para o país voltar a crescer", frisa.

11,8% Foi a taxa de desocupação no Brasil no trimestre encerrado em agosto de 2016

12 milhões

36,6% Foi quanto aumentou o número de pessoas desocupadas no trimestre na comparação com igual período de 2015

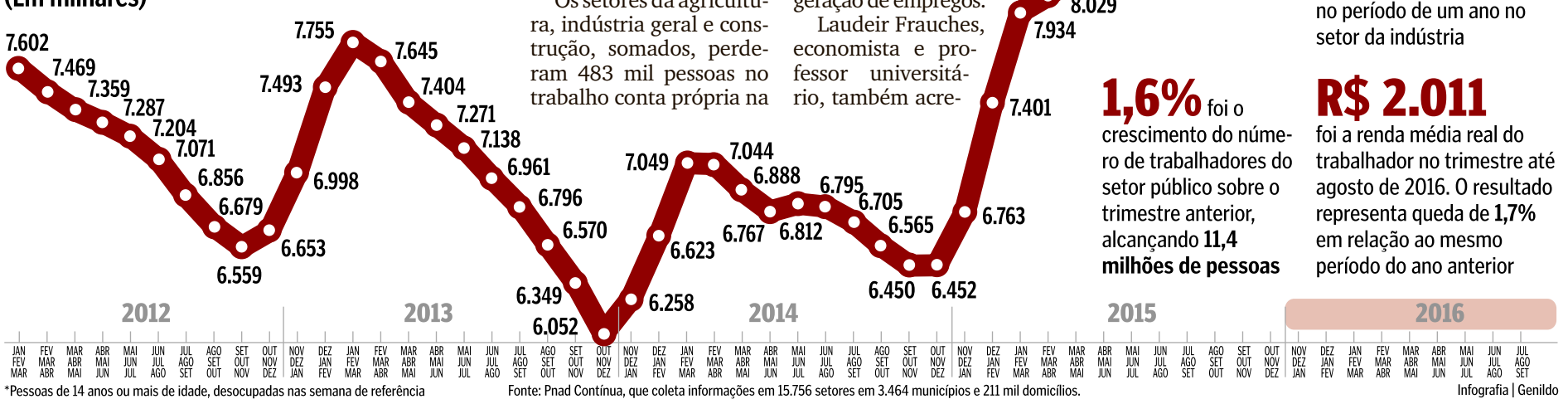
1,363 milhão de vagas com carteira assinada foram fechadas no período de um ano no país

1,420 milhão de pessoas foram demitidas no período de um ano no setor da indústria

1,6% foi o crescimento do número de trabalhadores do setor público sobre o trimestre anterior, alcançando **11,4 milhões de pessoas**

R$ 2.011 foi a renda média real do trabalhador no trimestre até agosto de 2016. O resultado representa queda de **1,7%** em relação ao mesmo período do ano anterior

DESOCUPADOS (Em milhares)*



*Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas nas semana de referência

Fonte: Pnad Contínua, que coleta informações em 15.756 setores em 3.464 municípios e 211 mil domicílios.

Infografia | Genildo

"A culpa não é minha", diz Temer sobre aumento do desemprego

O presidente Michel Temer reiterou ontem ser fundamental para o país a aprovação pelo Congresso da proposta de emenda à Constituição (PEC) que impõe um teto para os gastos públicos, afirmando que sem controle de despesas não há confiança que se traduza em investimentos.

Segundo Temer, a dívida bruta poderá chegar a 100% do Produto Interno Bruto em 2024, ou mesmo antes, se a PEC não for aprovada. Quanto à taxa de quase 12% de desemprego divulgada pelo IBGE, Temer afirmou que a culpa não é sua. "Chegamos a quase 12 milhões de desempregados e reitero que não foi culpa minha".

O presidente disse também não ter dúvidas da aprovação da proposta ainda neste ano. A dívida pública bruta estava em 70,1% do PIB em agosto.

Temer mostrou confiança da aprovação da PEC do teto de gastos pelo Congresso, afirmando que "nossos parlamentares têm compromisso inequívoco com as prioridades impostas pelo momento que vive o Brasil". Henrique Meirelles, da Fazenda, disse que o projeto fica pronto na segunda.

CARTEIRA

Ontem, o governo decidiu suspender o agendamento eletrônico para atendimento nos postos do Ministério do Trabalho para emissão da carteiras de trabalho. O trabalhador terá que ir à agência do Sine para confecção do documento, mesmo sem agendamento. O motivo é falhas no sistema que emite a carteira.

Déficit nas contas de R$ 22,26 bi

As contas públicas fecharam novamente no vermelho. Dados do Banco Central mostram que o setor público registrou um déficit de R$ 22,267 bilhões em agosto, recorde histórico. No acumulado dos primeiros oito meses do ano, o rombo é de R$ 58,859 bi, também o pior para o período desde 2001. Em 12 meses, o resultado é negativo em R$ 169 bi ou 2,77% do PIB, acima do esperado pelo governo. A meta fiscal para 2016 é um déficit de R$ 163,9 bi.

OPINIÃO DA GAZETA

À margem da realidade

Os dados da Pnad retratam uma preocupante desconexão do setor público com a realidade do país. Enquanto praticamente todas as atividades econômicas, castigadas pela mais dura recessão da história brasileira, seguem cortando vagas, o setor público, na comparação com o trimestre terminado em maio, ampliou sua mão de obra em 1,6%. Nesse mesmo espaço de tempo, o outro grupo que cresceu foi o de empregadores (4,8%), afinal, sem ocupação, os trabalhadores da iniciativa privada partem para o voo solo. A crise não é de hoje, já passou da hora de o Estado brasileiro, em todas as suas esferas, enquadrar-se à realidade. Os gestores públicos não param de falar nas dificuldades, mas seguem expandindo a máquina. Ou mudamos essa lógica perversa ou seguiremos respirando por aparelhos.